



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

A dimensão investigativa do Serviço Social na saúde do Trabalhador

Fernanda Iracema Moura Arnaud¹
Francisco dos Santos Neto²

Resumo: Este artigo pretende evidenciar a importância da dimensão investigativa do Serviço Social na área da saúde do trabalhador como uma estratégia essencial para ultrapassar a aparência fenomênica dos processos saúde-doença apresentados pelos trabalhadores e apreender as mediações que compõem a precarização da vida social em curso na contemporaneidade. Assim, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, foi possível concluir que a problematização e análise dos dados referentes ao absenteísmo por motivo de saúde dos servidores de uma instituição judiciária favoreceu a construção de respostas coerentes com as necessidades de tais sujeitos pelo assistente social, ratificando o compromisso ético-político da profissão, elementos que são expostos nesta produção teórica.

Palavras-chave: Serviço Social; Dimensão investigativa; Absenteísmo.

The investigative dimension of social service in the health of workers

Abstract: This article intends to highlight the importance of the investigative dimension of Social Work in the area of worker health as an essential strategy to overcome the phenomenological appearance of health-disease processes presented by workers and to understand the mediations that make up the precariousness of social life in progress in the contemporary world. Thus, through documentary and bibliographical research, it was possible to conclude that the problematization and analysis of data regarding absenteeism due to the health of the employees of a judicial institution favored the construction of responses consistent with the needs of these subjects by the social worker, ratifying The ethical-political commitment of the profession, elements that are exposed in this theoretical production.

Keywords: Social service; Research dimension; Absenteeism.

Introdução

O Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, têm sofrido as inflexões das transformações societárias contemporâneas, sobretudo, após a crise do capitalismo da década de 1970 e o avanço do ideário neoliberal, que implicam sobre as formas de organização do trabalho no serviço público brasileiro.

¹ Mestre em Serviço Social; Assistente social do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará - UFPA. Conceito Capes 04. E-mail: <fernanda-moura@ig.com.br>.

² Acadêmico do 9º período Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará e bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional (GEPSS) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma Universidade. E-mail: <francisco.neto2013@hotmail.com>.

Desse modo, as repercussões no mundo do trabalho trazem novas exigências ao assistente social e a saúde do trabalhador torna-se, assim, um espaço sócio-ocupacional importante para este profissional, dado o recrudescimento do adoecimento laboral na contemporaneidade.

Para responder a essa realidade, o assistente social precisa incorporar em seu cotidiano de trabalho um conjunto de referenciais teórico-práticos, que, aliados à dimensão investigativa, subsidiarão uma intervenção profissional qualificada. Com efeito, ele precisa problematizar os dados da realidade, à luz de uma teoria social crítica e de uma direção ético-política; postura esta adotada nos estudos sobre o absenteísmo por motivo de saúde em uma instituição judiciária, do qual esse ensaio é fruto.

Importa frisar que tais estudos se constituem uma ferramenta importante para o desvelamento das dimensões da precarização a qual os trabalhadores são submetidos no serviço público, conforme como evidenciaram os relatórios anuais construídos pelo Serviço Social com base nas licenças para tratamento de saúde dos servidores.

Desta feita, para ampliar os horizontes epistemológicos e interventivos junto às expressões da questão social contidas nas demandas postas ao Serviço Social nesse espaço, uma das autoras do presente artigo aprofundou estudos no Curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, cujos resultados deram origem a uma Dissertação³, que traz importantes contribuições ao exercício profissional.

Assim, é de extrema relevância esse esforço teórico-prático para captar as mediações presentes no trabalho profissional, as quais não se mostram na imediaticidade, e transformá-las em estratégias para a superação da lógica de precarização do humano que se afirma cotidianamente na vida dos trabalhadores atendidos pelo Serviço Social.

Desse modo, a presente produção está estruturada em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, ratifica-se a importância da dimensão investigativa do Serviço Social, aliada às demais dimensões da profissão (a teórico-metodológica, a técnico-operativa e a ético-política) para a instrumentalização de uma prática profissional qualificada.

³ A mencionada Dissertação teve como objeto de estudo a intervenção profissional do assistente social na saúde mental de servidores públicos de uma instituição judiciária.

Na segunda parte, apresentam-se algumas condições sobre o Poder Judiciário brasileiro, notadamente sua organicidade e particularidades dos trabalhadores do Órgão, e situa-se o lugar do Serviço Social na referida instituição. Por fim, discute-se de que forma a dimensão investigativa, que deu origem ao estudo sobre o absenteísmo por motivo de saúde no Órgão, amplia as possibilidades de resposta às expressões da questão social, contribuindo para a criação de planos, programas, projetos e ações mais coerentes com as necessidades apresentadas pelos referidos trabalhadores.

Dimensão investigativa como elemento constitutivo do Serviço Social: notas introdutórias para reflexão

O Serviço Social atua sobre a realidade social e tem a pesquisa como um elemento indispensável para a realização de um trabalho qualificado; assim, a dimensão investigativa surge como uma das principais competências e atribuições profissionais, segundo a Lei n. 8662/93, e ao assistente social cabe a tarefa permanente e sistemática de realização de estudos socioprofissionais que ampliem a compreensão das demandas sociais postas à profissão (GUERRA, 2009).

Entretanto, não se deve analisar a dimensão investigativa isolada do conjunto das outras dimensões constitutivas da profissão e das mediações que a exigem como parte intrínseca da ação profissional, tendo em vista que “a prática profissional é historicamente determinada no âmbito dos processos e relações de trabalho” (IAMAMOTO, 2012, p. 93). Desta feita:

Nesta perspectiva, a intervenção profissional não mais se restringe ao que o assistente social faz ou às atividades que ele desempenha nos distintos espaços sócio-ocupacionais: ela passa a ser considerada a partir de seus condicionantes internos e externos. (MOURA ARNAUD, 2015, p. 88).

Nessa sociedade, na qual se produz e reproduz a ação profissional, as expressões determinadas pela exploração do trabalho denominada de Questão Social, constituem-se matéria-prima da intervenção profissional; sendo assim, o Serviço Social, como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, surge diretamente relacionado ao processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, e sua institucionalização e legitimação na sociedade situa-se na sua capacidade de dar respostas às necessidades sociais advindas da conflitualidade da relação capital-trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO, 2012).

Aqui, interessa-nos chamar atenção ao fato de que as mediações constitutivas da chamada “Questão Social” não se mostram na imediatividade das relações na sociedade do capital, tornando-se essencial o desvelamento da lógica de acumulação que a gerou. Desse modo, cabe ao Assistente Social captar as diversas expressões da questão social que chegam particularizadas em cada espaço sócio-ocupacional demandando a intervenção profissional. (GUERRA, 2009).

Portanto, a necessidade real de atuarmos sobre a realidade concreta em cada espaço de trabalho nos conduz à busca do conhecimento, a partir da pesquisa, em uma relação dialética com as outras dimensões profissionais (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), o que contribui para desvelar as possibilidades de ação contidas na realidade. De acordo com Guerra (2009, p. 07):

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é [seu processo de constituição] quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediatividade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa à reconfiguração, no nível do pensamento, do seu movimento.

Sendo assim, o trabalho do Assistente Social deve se embasar em uma condição de constante investigação dos processos que se colocam no cotidiano, partindo da superficialidade empírica ao conhecimento particularizado, uma vez que, conforme afirma Pontes (2000, p. 39), “a forma de conhecer o modo de ser dos fenômenos sociais que compõem o real processa-se mediante aproximações sucessivas ao movimento do objeto (real) [...]”. Sendo assim:

É nesse espaço privilegiado de sínteses de determinações que o sujeito que, tendo negado (superado) a aparência, vai processar o nível do concreto pensado, penetrando em um campo de mediações (no qual se entrecruzam vários sistemas de mediações), sistemas estes que são responsáveis pelas articulações, passagens e conversões histórico-ontológicas entre os complexos componentes do real. (p. 47).

Desta feita, reafirma-se a importância e necessidade da pesquisa como condição indispensável ao exercício profissional, o qual deve se caracterizar como “um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental” (GUERRA, 2009, p. 08),

sobretudo porque, conforme afirmou o Professor José Paulo Netto⁴ no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS, 2015), “quando se erra na análise, se erra na ação”, e a realidade concreta precisa ser pensada e problematizada teoricamente, a fim de tornar possível a criação de estratégias de enfrentamento coerentes com os inúmeros desafios que a compõem contemporaneamente.

Assim, ratifica-se a importância da dimensão investigativa do Serviço Social, articulada às outras, para um exercício profissional propositivo, especialmente na área da saúde do trabalhador.

Serviço Social e saúde do trabalhador: aproximações ao campo de pesquisa

Atualmente, os assistentes sociais estão inseridos em diversos espaços sócio ocupacionais, os quais surgem para atender às demandas emergentes das lutas históricas das classes sociais em disputa pela hegemonia no tecido social (IAMAMOTO, 1992).

Particularmente, a partir da década de 1980, tem-se ampliado⁵ o campo de atuação para estes profissionais nas empresas e no serviço público, notadamente nas áreas de recursos humanos e da saúde do trabalhador, em atividades de assessoria e consultoria em relações sociais no trabalho, em processos de gestão da ambiência organizacional e nos processos saúde-doença apresentados pelos trabalhadores (DOHER, 2015; MOURA ARNAUD, 2015).

Na instituição judiciária, campo de análise deste artigo, o Serviço Social surgiu em 2007, para atuar na área da saúde do servidor, no planejamento, coordenação e execução de ações de prevenção e promoção à saúde. Diante disso, o trabalho do assistente social buscou construir estudos e pesquisas que contribuíssem para desvelar as dimensões da precarização social na vida dos sujeitos atendidos.

⁴Professor José Paulo Netto, é considerado um dos mais importantes intelectuais do Serviço Social. É Doutor honoris causa pela Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN); Professor Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Têm experiências docentes na área do Serviço Social (Brasil, Portugal, América Latina), tematizando os fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, suas relações com as ciências sociais e o marxismo (Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797048D2>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2017.

⁵ Sabe-se que essa ampliação está relacionada ao agravamento da questão social, sobretudo a partir do processo de reestruturação produtiva e avanço do neoliberalismo levados a efeito pelo capital como uma estratégia para recuperar as taxas de lucro após a crise de 1970.

Dessa forma, tem-se que intervenção profissional do assistente social deve ser capaz de “compreender a realidade no seu movimento, captar nela possibilidades de ação, priorizar, planejar, executar e avaliar, num movimento permanente contínuo e conjunto não só com seus pares”, mas buscando a articulação e aliança com outros profissionais de diversas áreas em que atua (VASCONCELOS, 2002, p. 416).

Inicialmente, cabe mencionar que a referida instituição judiciária tem como missão constitucional a garantia do respeito à soberania popular e à cidadania, o que, por si só, coloca grandes desafios relacionados à mediação das contradições e conflitos inerentes à democracia política.

No que tange ao corpo funcional, é composto por servidores do quadro efetivo, formado por analistas e técnicos judiciários; por requisitados; servidores sem vínculo com o serviço público (ocupantes de cargos comissionados); além dos funcionários terceirizados e estagiários, os quais atuam como suporte às suas atividades.

Com relação às tarefas, tais servidores desenvolvem ações relacionadas à efetivação do processo eleitoral⁶; o ingresso no referido órgão se dá por meio de concurso público e as condições de trabalho são caracterizadas por diversos fatores de risco que implicam sobre a saúde destes, predispondo-os ao adoecimento.

Em pesquisa realizada no âmbito deste ramo de justiça especializada (MOURA ARNAUD, 2015), verificou-se que os quadros de adoecimento dos servidores apresentavam forte relação com a forma de gestão do trabalho adotada, o que, por sua vez, é reflexo das mudanças implantadas no serviço público brasileiro a partir do processo de Reforma do Estado em curso desde os anos de 1990, e no Judiciário remonta aos anos 2000, cujas repercussões envolvem um processo de precarização crescente das condições de trabalho e de vida de tais servidores (IDEM).

Isso porque a precarização do trabalho no serviço público nas últimas décadas tem sido crescente devido: à implantação da organização do trabalho polivalente, o que implica na sobrecarga de trabalho, em decorrência do número reduzido de servidores; à flexibilização das relações de trabalho, que se reflete na perda de direitos, no arrocho

⁶ As principais tarefas são: “Inscrição de eleitores; registros de candidaturas; revisão de eleitorado; vistoria e preparação de locais de votação; preparação das urnas eletrônicas; análise de prestação de contas de partidos políticos; fiscalização de propaganda eleitoral; fiscalização de contratos administrativos; elaboração de pareceres técnicos/jurídicos; execução de atividades relacionadas com o planejamento e à operacionalização de projetos, programas e planos de ação estratégicos; dentre outras (MOURA ARNAUD, p. 17, 2015).

salarial e consequente endividamento dos servidores; à autonomia reduzida no trabalho; e ao controle para o cumprimento de metas, o que afeta o desempenho e a produtividade, dentre outros elementos (IDEM).

Diante de tal contexto e dos rebatimentos que ele provoca na saúde do servidor público, cabe ao assistente social dispor de um conjunto de competências profissionais que contribuem para que a práxis profissional seja efetivada no exercício cotidiano do trabalho, especialmente no que diz respeito à necessidade de “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” que sirvam como subsídio para a elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social (CFESS, 1993).

Com base nesse pressuposto, o Serviço Social da referida instituição iniciou os estudos sobre o absenteísmo⁷ dos servidores por motivo de saúde, no intuito de compreender as mediações que implicam no adoecimento de tais trabalhadores, pois, conforme afirma Iamamoto (2012, p. 53):

O desvelamento das condições de vida dos sujeitos atendidos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórico-crítica, lhe possibilita apreender e desvelar as novas faces e os novos meandros da questão social que o desafia a cada momento no seu desempenho profissional diário.

Importa frisar que esses estudos têm contribuído de forma significativa para ampliar a compreensão dos processos saúde/doença apresentados pelos servidores, na medida em que favorece ao assistente social vislumbrar novas possibilidades de ação, no que concerne à criação de serviços e, conseqüentemente, à garantia de direitos a tais trabalhadores. Contribuem, ainda, para ampliar o horizonte epistemológico no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social e Saúde do trabalhador, ratificado a importância da dimensão investigativa para o entendimento do movimento da realidade nas instituições que desafiam cotidianamente esta área especializada.

A dimensão investigativa do Serviço Social na saúde do trabalhador: os estudos sobre absenteísmo e a garantia de direitos aos trabalhadores/as

⁷ Absenteísmo significa “pessoa que falta ao trabalho, ou ainda, ausência no serviço por inúmeros motivos, sejam estes propositais ou por circunstâncias alheias à vontade do trabalhador” (MALTEZ apud CARVALHO, 2010). Neste artigo, enfoca o absenteísmo para tratamento de saúde do trabalhador.

Neste tópico, vamos apresentar alguns dados obtidos na pesquisa sobre o absenteísmo por motivo de saúde realizada pela equipe de Serviço Social, destacando as respostas profissionais que foram construídas para atendê-las. Acredita-se que, dessa forma, poder-se-á abrir um processo reflexivo no campo da saúde do trabalhador, ampliando as possibilidades interventivas da profissão no conjunto da categoria.

Inicialmente, importa mencionar que o estudo sobre o absenteísmo na referida instituição judiciária é realizado desde 2008, um ano após o ingresso da assistente social no Órgão, e tem como objetivo oferecer subsídios para implantação de políticas de prevenção e promoção à saúde que contribuam para a redução de tais índices e para a melhoria qualidade de vida dos servidores.

Sabe-se que o processo de promoção à saúde é complexo, pois envolve múltiplas determinações e mediações que não se mostram no campo da singularidade. Nesse sentido, a efetivação do direito fundamental à saúde (BRASIL, 1988) requer medidas que levem em consideração tal complexidade, ratificando-se, nesse sentido, a importância de tal estudo para o planejamento das ações nesta área.

Considerando a visibilidade do adoecimento dos servidores do Judiciário ao longo dos anos, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 207, de 15/10/2015, instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores, que determinou, dentre outras medidas, a obrigatoriedade dos estudos sobre o absenteísmo nos Tribunais, visando conhecer a realidade do processo saúde-doença dos trabalhadores para subsidiar a tomada de decisões nessa área.

Dessa forma, o estudo que já vinha sendo efetivado pelo Serviço Social no Órgão ganhou maior relevância e passou a compor ações estratégicas da instituição. Sendo assim, no referido estudo, observou-se que, no período de 2012 a 2016, os 2 (dois) tipos de adoecimento que mais acometem os servidores, em número de dias de trabalho perdidos, são: os transtornos mentais e comportamentais e os distúrbios osteomusculares, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro¹: Principais adoecimentos, em números de dias de afastamento do trabalho, no Órgão, no período de 2012 a 2016. Fonte: elaboração própria

2012	2013	2014	2015	2016
Transtornos mentais e comportamentais (498 dias)	Transtornos mentais e comportamentais (470 dias)	Distúrbios osteomusculares (827 dias)	Distúrbios osteomusculares (974 dias)	Distúrbios osteomusculares (617 dias)

Traumas e lesões (263 dias)	Distúrbios osteomusculares (334 dias)	Transtornos mentais e comportamentais (614 dias)	Transtornos mentais e comportamentais (776 dias)	Transtornos mentais e comportamentais (496 dias)
Distúrbios osteomusculares (183 dias)	Traumas e lesões (209 dias)	Doenças do aparelho respiratório (382 dias)	Traumas e lesões (454 dias)	Traumas e lesões (446 dias)

Considerando tais dados, cabe mencionar que a literatura científica⁸ no campo da saúde do trabalhador tem evidenciado que os processos saúde-doença desses sujeitos estão intimamente relacionados à precarização do trabalho, intensificada pela implantação da reestruturação produtiva e do avanço das políticas neoliberais como estratégias da burguesia para a recuperação das taxas de lucro, após a crise estrutural do capital na década de 1970. Assim, conforme aponta Mendes e Wünsch (2011, p. 466), amparadas em Dias (1994):

A reestruturação produtiva alterou substancialmente o perfil do trabalho e dos trabalhadores, assim como os determinantes da saúde-doença dos trabalhadores. Essas alterações modificaram também o perfil da morbimortalidade relacionada ao trabalho, assim como a organização e as práticas de saúde e trabalho.

Na mesma linha de análise, Delía e Seligmann-Silva (2014) destacaram os principais fatores que contribuem para o adoecimento dos servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo, quais sejam: a ampliação das demandas para o Judiciário em decorrência do processo de judicialização da questão social, sem o incremento correspondente do contingente dos servidores; a desvalorização da função do serviço público na sociedade moderna; a carência de funcionários e a lentidão burocrática na realização de concursos para ampliação dos quadros, dentre outros fatores mais relacionados à organização do trabalho.

Da mesma forma, pesquisa que analisou o adoecimento mental dos servidores públicos em três Tribunais brasileiros (MOURA ARNAUD, 2015), realizada por um dos autores deste artigo, evidenciou que as condições e relações de trabalho foram os fatores que mais contribuíram para os referidos adoecimentos.

Diante dessa análise, ratifica-se a relevância de o assistente social possuir uma sólida base de referenciais teóricos aliada à dimensão investigativa da profissão como

⁸ Para aprofundamento do tema, ver: Alves (2011 e 2013); Antunes (2006, 2009) e Moura Arnaud (2015).

elementos indispensáveis para a qualificação da prática profissional. Nesse sentido, foi esse esforço teórico-prático que possibilitou ao Serviço Social criar um conjunto de estratégias como respostas profissionais para o enfrentamento das demandas relacionadas à saúde do trabalhador na mencionada instituição.

Assim, partindo dos dados empíricos sobre o absenteísmo no Órgão, problematizados à luz da teoria social crítica, que apontou a íntima relação entre os adoecimentos dos servidores e os processos sociais em curso, foram planejados e implantados pelo Serviço Social diversos programas, projetos e ações, apresentados no quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Demonstrativo dos programas, projetos e ações implantados pelo Serviço Social frente às demandas apresentadas pelos servidores

Programa/Projeto/Ação	Objetivo	Principais Atividades
Elaboração de uma Dissertação de Mestrado ⁹	Analisar as respostas profissionais dadas pelos assistentes sociais às situações de adoecimento mental dos servidores.	Os dados da referida pesquisa subsidiaram a criação de campanhas educativas e boletins informativos sobre os riscos e agravos a saúde mental dos trabalhadores.
Projeto Ergonomia ¹⁰	Favorecer a melhoria das condições de trabalho e de saúde dos servidores, estimulando a prevenção de agravos à saúde, devido aos elevados índices de adoecimento por distúrbios osteomusculares.	Apresentação teatral para sensibilização sobre os fatores da organização do trabalho que contribuem para o adoecimento; pesquisa sobre os fatores de risco para LER/DORT existentes no Órgão; realização de entrevista social; palestra, oficinas e reunião com gestores para frisar a importância da prevenção dos riscos existentes na organização do trabalho, dentre outras atividades.
	Oferecer um espaço de escuta e acolhimento aos servidores,	Realização de entrevista social; escuta e apoio às

⁹ A mencionada Dissertação teve como objeto de estudo a intervenção profissional do assistente social na saúde mental de servidores públicos.

¹⁰ Em que pese o Serviço Social prezar pelo referencial da teoria social crítica, cuja ênfase está nos aspectos da organização do trabalho decorrentes da conflitualidade da relação entre as classes fundamentais na sociedade capitalista, cabe mencionar que o Projeto foi denominado dessa forma porque este título favoreceu o processo de identificação dos servidores com a ação, tendo em vista a participação dos mesmos em Análise Ergonômica do Trabalho realizada em alguns postos do Órgão.

Projeto Acolhimento Social	fornecendo o suporte técnico necessário à compreensão dos determinantes sociais que influenciam seu estado de saúde/doença e ao direcionamento qualificado das suas demandas.	demandas apresentadas; encaminhamentos e orientações sociais; ações voltadas às famílias e ações que visem melhorar o ambiente de trabalho.
Programa de Acompanhamento Social de Servidores em Licença para Tratamento de Saúde	Identificar, analisar e encaminhar demandas apresentadas pelos servidores em licença para tratamento de saúde, visando facilitar a reabilitação dos mesmos e o processo de retorno ao trabalho.	Realização de visita domiciliar, hospitalar e aos postos de trabalho para identificar fatores que estejam dificultando o processo de reabilitação do servidor; acompanhar o retorno e reinserção do servidor ao trabalho nesse processo.

Assim, como foi possível perceber nas ações realizadas na referida instituição, a capacidade de análise das determinações das demandas postas ao Serviço Social possibilitou a apreensão de mediações importantes presentes no cotidiano de trabalho profissional, favorecendo a criação de estratégias de enfrentamento consubstanciadas nos programas e projetos implantados.

Nesse sentido, ratifica-se a importância do recurso ao método crítico dialético marxiano, pois sua incorporação ao debate da categoria profissional instaurou um novo status de maturação intelectual, o que conseqüentemente contribuiu para a qualificação da prática profissional do conjunto dos assistentes sociais brasileiros, concebida como “uma dimensão historicamente determinada da prática social” (BAPTISTA, 2014, p. 17).

Com isso, verifica-se que o estudo da relação entre dimensão investigativa/interventiva do Serviço Social tem se tornado um foco importante dos debates da categoria profissional, sobretudo diante dos desafios colocados pelo atual contexto do capitalismo, que impacta sobre a forma de organização do trabalho, trazendo novas requisições e atribuições profissionais na contemporaneidade.

Nesse sentido, cabe evidenciar que a formação continuada dos profissionais que atuam na equipe técnica (por meio de cursos de pós-graduação – mestrado, de curta duração e de reuniões de estudos realizadas internamente no setor de Serviço Social da instituição) foi um fator relevante que trouxe contribuições qualitativas para a intervenção social no Órgão. Além disso, ressalta-se a importância deste Órgão servir

como campo de ensino curricular e extra-curricular a acadêmicos de Serviço Social e outras áreas de atuação, o que favorece ainda mais a práxis profissional.

Desta feita, verifica-se que a dimensão investigativa do Serviço Social contribui de forma significativa para o planejamento e execução de ações no campo interventivo, sobretudo no campo da saúde do trabalhador, que requer cada vez mais estratégias eficazes e coerentes com o projeto ético político profissional dessa profissão.

Sendo assim, constatou-se a importância das dimensões constitutivas da profissão, notadamente a investigativa, pois elas são imprescindíveis para a criação de estratégias de atuação que contribuam para a garantia de direitos aos trabalhadores, especialmente porque, cada vez mais se acirram as desigualdades sociais inerentes ao modo de organização do capital e aumentam os índices de “precarização do homem-trabalha”. (ALVES, 2013, p. 86).

Nesse sentido, compreende-se que os fatores que contribuem para o adoecimento, na referida instituição, estão para além do biológico, e, estão relacionados, sobretudo, a fatores sociais, tendo em vista que o avanço da reestruturação produtiva interfere de forma significativa e negativa sobre a organização do trabalho no serviço público brasileiro.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, procurou-se evidenciar a importância da dimensão investigativa do Serviço Social para a ampliação da compreensão das demandas postas ao assistente social nos distintos espaços sócio-ocupacionais.

Na saúde do trabalhador, essa dimensão assume um significado especial, sobretudo porque o processo saúde-doença apresentado pelos trabalhadores apresenta um forte componente social e político em sua determinação.

Nesse sentido, além da necessidade de dispor sólidos referenciais teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, é necessário ao assistente social desenvolver uma postura de problematização constante das demandas expostas pelos trabalhadores, a fim de favorecer a ultrapassagem da aparência fenomênica das mesmas para alcançar as mediações sociais aí presentes e, assim, desenvolver uma prática profissional comprometida socialmente.

Conforme constatado, a pesquisa sobre o absenteísmo por motivo de saúde se afirma como um referencial fecundo para o Serviço Social, no sentido de que ela contribui sobremaneira para favorecer a contextualização do que, inicialmente, se apresenta como simples dados quantitativos, mas que, em sua essência, pode revelar o intenso processo de precarização da vida social, resultado da expansão da fúria acumulativa do capital sobre o trabalho, inclusive no serviço público, que apresenta diversas particularidades.

Assim, torna-se imperioso entender que a questão social, na contemporaneidade, significa “mais do que as expressões de pobreza, miséria e 'exclusão'”, na medida em que ela “condensa a banalização do humano que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche” (IAMAMOTO, 2008, p. 125).

É esse contexto, prenhe de desafios, que se coloca ao Serviço Social, exigindo dos profissionais que não apenas respondam “às suas demandas, mas que as compreendam nos seus significados sociais e que, pela sua intervenção, lhes atribuam outros” (GUERRA, 2014, p. 86), construindo respostas sintonizadas com o tempo presente e com as demandas presentes (IAMAMOTO, 2012), mas que vislumbrem um novo projeto societário, cujo foco é emancipação humana.

Nesse sentido, deve-se salientar que, para a efetivação desse projeto, é necessário que a construção se processe tanto no trabalho cotidiano dos assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, quanto na qualificação da formação profissional e continuada de tais sujeitos.

Referências

ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do Trabalho. 1. Ed. São Paulo: Projeto Ed. Práxis. Bauru, 2013.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

BAPTISTA, M. V. Prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. (org). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2014. (Vol. 1.).

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CFESS. **Lei 8.662/93** de regulamentação da profissão de assistente social. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CARVALHO, Márcia V. L. de. **Perfil do absenteísmo no Superior Tribunal de Justiça: análise do ano de 2009**. Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade de Brasília. Brasília, 2010. Disponível em <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/33659/Perfil_Absente%C3%ADsmo_M%C3%A1rcia%20Valesca.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 mar. 2012.

DELÍIA, A. A.; SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e saúde no Tribunal de Justiça de São Paulo: repercussões na vida de seus trabalhadores**. Relatório final da pesquisa. São Paulo: AASPTJ-SP, AFFOCOS, ASSOJUBS, ASSOJURIS, 2014.

DOHER, I. **O serviço social em empresas para além da crítica: espaços de enfrentamento e atuação profissional**. 1. Ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

FREIRE, L. M. de B. **O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: Espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. (org). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras, 2014. (Vol. 1.).

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992. (Ensaio crítico).

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, n. 107, jul./set. 2011.

MOURA ARNAUD, F. I. **A intervenção profissional do assistente social na saúde mental dos servidores públicos**: um estudo nos Tribunais Eleitorais brasileiros. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Pará, 2015.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, E. M. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**: o exemplo da saúde mental. São Paulo: Cortez, 2000.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.